

Tiro no pé



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República,
escritor e imortal da Academia
Brasileira de Letras

Ao longo da minha vida, tive oportunidade de falar sobre o nosso orgulho de pertencer ao grande continente onde foram desenvolvidas e adaptadas — na América, nos Estados Unidos — as ideias sobre governo e direitos individuais que formaram a moderna democracia, fundamentada na liberdade.

As Nações Unidas surgiram sob a influência de Roosevelt para substituir a Liga das Nações e enfrentar a Segunda Guerra Mundial. Depois dela, os Estados Unidos conseguiram estabelecer uma nova ordem mundial consagrando seus valores democráticos, em que eles exerciam sua liderança. Então foram criados a ONU e o seu sistema com o objetivo de assegurar a paz mundial.

O ideário do multilateralismo passou pela criação, em Breton Woods, do sistema monetário internacional, com o FMI e o Banco Mundial, destinados a assegurar a estabilidade econômica e o desenvolvimento mundial.

Ao mesmo tempo, a Guerra Fria trouxe o grande confronto com a União Soviética (URSS), que desejava estabelecer uma ordem mundial baseada no marxismo-leninismo. O confronto entre

capitalismo e comunismo explodiu em guerras como a das Coreias, a do Vietnã e outros conflitos localizados, especialmente no Oriente Médio, na América Latina. Um caso especial foi o de Cuba, que empolgou a juventude mundial.

De um e de outro lado da Guerra Fria, por todo o mundo, continuou o gosto dos militares pelo poder com golpes com que estabeleceram ditaduras.

Tudo isso me levou a pensar no que teria sido do mundo com as ditaduras de Hitler e Mussolini com suas ideias radicais — exemplo maior foi a “limpeza étnica” que levou ao Holocausto.

É uma lembrança inevitável quando Trump ataca as fundações da democracia americana, atacando a constituição e os Estados, ferindo os direitos individuais mais básicos — e resolve sacudir o mundo com ameaças capazes de destruir a ordem mundial de que eram os líderes, causando estaremto geral e grande desestabilização.

A pergunta é: que tipo de regime vai surgir com a renúncia americana de coordenar a ordem mundial? Reagindo à explosão tarifária imposta pelo presidente Trump, na reunião da cúpula da Organização para a Cooperação de Xangai (SCO), realizada em Tianjin, o líder chinês Xi Jinping propôs a iniciativa de uma nova governança global, promovendo um sistema mais justo e reacional.

Essa Organização, liderada pela China, propõe essa nova ordem baseada na soberania dos países, no respeito à Carta das Nações Unidas, na adoção do multilateralismo como uma força de estabilização para esse mundo turbulento. Também pregaram Xi Jinping e a SCO a cooperação em setores

como energia e inteligência artificial.

Claramente, a reunião de Xangai, sem explicitamente dizer isso, propõe a substituição da liderança dos EUA pela da China, o que significa atingir o que Trump pregou, o “America First”. O abalo mundial causado pela América ao abdicar da pregação dos seus ideais democráticos e ameaçar países aliados com as tarifas que estabeleceu provoca inevitavelmente a reação de antigos aliados, como União Europeia, México, Canadá, Brasil, Colômbia, Índia e tantos outros países.

A consequência óbvia é a união desses países para se defenderem com tentativas de estabelecer nova ordem fora da influência dos Estados Unidos. No nosso caso, não podemos deixar de pensar no fortalecimento do Brics, latente na reunião de Xangai.

Os líderes dos países fundadores daquela Nova (agora Velha) Ordem Econômica Mundial devem estar tremendo em seus túmulos, vendo que aquilo que os Estados Unidos levantaram como ideais agora está abalado em seu próprio solo diante desse outsider da política, cujos rumos, como o tirotoe tarifário, não se sabe qual direção tomarão.

Neste momento, o que se vê é um clima de instabilidade, perplexidade e indecisão, que todo mundo enxerga como um desastre interno, uma mudança de governança global e a instabilidade mundial.

Desorientada pelo que o presidente Trump faz do país com sua política, que contraria as promessas feitas, hoje a América sabe apenas que sua postura, de uma forma ou de outra, abalou a ordem, atemorizou a população e causou instabilidade. Pode-se dizer que ele deu um “tiro no pé”.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br



Bolha de sabão

Com o anúncio dos novos aumentos nas contas de luz e de IPTU, fica fácil demonstrar que, na equação que combina estatismo mais sanha arrecadatória, os números não fecham nem hoje nem amanhã. Na verdade, tendem a ficar insustentáveis. A ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher havia resumido adequadamente esse nosso dilema: “O problema do socialismo é que, cedo ou tarde, você fica sem o dinheiro dos outros”. A frase com o peso de um elefante, por sua realidade cruenta, era comum nos seus discursos dos anos 1970/80 e era uma crítica direcionada aos Estados inchados, que dependem de tributar cada vez mais para manter gastos crescentes de uma máquina inchada e improdutiva.

Von Mises (1881-1973), economista austríaco, foi mais fundo nessa análise: sem preços de mercado (e com incentivos distorcidos), o planejamento central não consegue alocar recursos com eficiência; a conta aparece como desperdício, estagnação e, por fim, necessidade de arrecadar infinitamente mais.

Depois de cair para 32,44% do PIB em 2023, a nossa carga tributária bruta subiu de forma relevante em 2024: estimativa oficial do Tesouro aponta 32,32% do PIB (metodologia “governo geral”), +2,06 p.p. em relação à métrica comparável do ano anterior nessa série. Ou seja, mais peso de tributos sobre a economia num ciclo curtíssimo.

No plano federal, houve reforço de receita com novas bases e fechamento de brechas. Por exemplo, a Lei 14.754/2023, que tributa offshores e fundos exclusivos a 15% a partir de 2024; além de reoperações em combustíveis e outras medidas que elevaram a arrecadação recorde de 2024 e mantém 2025 em trajetória ascendente. Isso melhora o caixa no curto prazo, mas também pressiona o contribuinte formal. O que o contribuinte enxerga é que, na área de arrecadação, há sempre um mecanismo de aperfeiçoamento no arrocho dos tributos, mas que não é acompanhado por uma melhora na forma como esses recursos são gastos. Pelo contrário: quanto mais se arrecada, pior se torna a qualidade dos investimentos do governo.

Uma das ideias mais provocativas da economia tributária, a Curva de Laffer ganhou notoriedade nos anos 1980, quando o então presidente americano Ronald Reagan a usou como justificativa para cortes de impostos. De maneira simples, a curva mostra que existe um ponto ótimo de tributação. Na ponta esquerda, com alíquotas muito baixas, a arrecadação é pequena porque o governo cobra pouco. No extremo direito, quando a alíquota se aproxima de 100%, a arrecadação também despensa: se tudo o que alguém ganha vai para o Estado, não há incentivo para trabalhar, investir ou produzir. Entre esses dois extremos, há um ponto de equilíbrio em que a carga tributária é suficiente para garantir receita ao governo sem sufocar a economia.

Quando os impostos ultrapassam esse nível, o efeito é perverso: empresas reduzem investimentos, trabalhadores desistem de formalizar renda, cresce a sonegação e, em casos mais graves, ocorre a fuga de capitais para outros países. O resultado é paradoxal: alíquotas mais altas podem levar a menos dinheiro no caixa do governo.

No Brasil, a discussão sobre a Curva de Laffer volta à tona sempre que estados elevam o ICMS ou quando o governo federal busca novas fontes de receita. Economistas lembram que, em um país onde a carga tributária já supera os 32% do PIB, aumentos adicionais podem empurrar mais gente para a informalidade ou estimular a saída de investidores, reduzindo a própria arrecadação no médio prazo. Com isso, fica claro que a arrecadação não cresce indefinidamente junto com os impostos. Existe um ponto em que insistir em mais tributação significa, na prática, cavar o próprio buraco fiscal. É nesse ponto em que estamos agora. E vem aumentos por aí. Na energia, a Aneel autorizou reajustes tarifários médios em 2025 — por exemplo, 5,83% na Enel (SP); 3,59% na Light (RJ); e 4,41% na Cemig (MG). Mesmo com bandeira verde em agosto, o efeito estrutural dos reajustes pesa na conta de luz.

No imóvel, o IPTU é municipal e varia por cidade. São Paulo corrigiu 4,3% em 2025 (sem tocar na planta genérica), um exemplo do movimento de atualização que aumenta a conta do contribuinte urbano. A ideia do governo é cobrar o IPTU com base no valor venal ou de mercado do imóvel, numa aritmética que pode elevar esse imposto em quase 50%. Por outro lado, copiando o que faz o governo federal, muitos governos estaduais subiram as alíquotas modais do ICMS em 2024 e 2025 — RJ, para 22%; BA, 20,5%; PR, 19,5%; e novos aumentos em 2025, como MA, 23%; PI, 22,5%; RN, 20%. Isso eleva preços ao consumidor e custos das empresas mais um canal de “extração” tributária.

Para se ter uma ideia dessa loucura em impor tributos, o chamado o Impostômetro (ACSP) registrou que, até 20 de agosto de 2025, os brasileiros haviam pago R\$ 2,5 trilhões em impostos no ano, ou seja, um novo patamar simbólico da imensa carga tributária sobre a economia e sobre os brasileiros. A tática parece ser acabar primeiro com a classe média, depois com os mais ricos. Os mais pobres vão de roldão no fim das contas.

A frase que foi pronunciada:

Uma moeda sólida é condição sine qua non para uma sociedade próspera.

Arthur Laffer

História de Brasília

A origem do emprego é interessante. Trata-se de um rapaz da Bahia, residente em Goiás, que não tinha trabalho. O deputado Anísio Rocha recomendou-o a Geraldo, dono do restaurante, e foi assim que surgiu o emprego, mais original dos últimos tempos. (Publicada em 9/5/1962)

Caio Gomez



Termoelétricas são retrocesso: o DF já sabe o preço da poluição



» PAULA BELMONTE
Deputada distrital, segunda
vice-presidente da Câmara
Legislativa e presidente da
CPI do Rio Melchior

Quem olha para o Rio Melchior, cortando regiões administrativas como Ceilândia e Samambaia, entende o tamanho do desafio que temos diante de nós. Um rio que já foi de águas limpas, hoje é classificado no nível mais crítico de poluição — virou sinônimo de abandono, de descaso, de um território onde a dignidade da população foi deixada para trás.

É justamente por viver essa realidade de perto que me preocupo com a decisão do governo federal de retomar incentivos para a instalação de usinas termoelétricas. Pode parecer um assunto distante, mas não é. Se já enfrentamos dificuldades para proteger o que ainda resta de nossos rios, imaginar novas fontes de poluição é ampliar a tragédia ambiental que atinge em cheio as famílias mais vulneráveis.

As termoelétricas funcionam queimando gás, óleo ou carvão para gerar energia. Isso significa mais fumaça no ar, mais riscos para a saúde e mais contaminação do solo e da água. A Fio-cruz, instituição que é referência nacional em saúde pública, já apontou que esses empreendimentos aumentam casos de doenças respiratórias, reduzem a qualidade de vida e deixam impactos duradouros em quem mora nas regiões próximas. Não é teoria, é realidade comprovada pela ciência.

E quem mais sofre com isso? As crianças. É nelas que a poluição deixa marcas ainda mais profundas. Crianças expostas ao ar sujo têm mais chances

de desenvolver problemas pulmonares e de crescimento. No Distrito Federal, onde milhares de famílias vivem em áreas próximas a rios e córregos comprometidos, o risco é ainda maior. Defender a primeira infância significa também garantir que cada criança possa crescer em um ambiente saudável, livre da fumaça das termoelétricas e da água contaminada que hoje já castiga o Rio Melchior.

Muitos podem até argumentar que o país precisa garantir energia e evitar apagões. É verdade. Mas precisamos perguntar: vamos resolver um problema criando outro? O Brasil tem todas as condições de apostar em fontes renováveis. Temos sol abundante, ventos constantes e pesquisas avançadas que mostram caminhos de energia limpa, capaz de gerar empregos, renda e desenvolvimento sustentável. Ignorar esse potencial para insistir em usinas poluentes é andar para trás e colocar em risco o futuro do nosso povo.

É importante lembrar que os custos das termoelétricas não se resumem ao preço do combustível. Eles aparecem nos hospitais lotados de pessoas com problemas respiratórios e de pele, nas famílias que gastam com remédios que poderiam ser evitados, nas áreas contaminadas que depois exigem milhões em recuperação ambiental — quando há políticas públicas para isso. É a população que paga essa conta, muitas vezes sem sequer perceber a ligação entre energia e saúde.

Aqui, no Distrito Federal, sabemos bem o que significa conviver com a degradação ambiental. O Rio Melchior, cuja poluição pode chegar à casa da maioria de nós, brasilienses, não pode se tornar apenas um exemplo a ser repetido em outras regiões do país. Não podemos aceitar que novos rios e novas comunidades sejam sacrificados em nome de soluções fáceis e imediatistas. O futuro precisa ser construído com coragem e responsabilidade, olhando para a ciência, ouvindo instituições e garantindo que cada decisão leve em conta a saúde

e a dignidade das pessoas.

É preciso dizer: quando falamos de poluição e energia suja, falamos também de desigualdade. Não são as regiões mais ricas que ficam à beira de rios contaminados ou próximos a áreas de risco ambiental. Quem sofre primeiro e de forma mais dura são as comunidades periféricas, que já enfrentam falta de infraestrutura, transporte precário, insegurança alimentar e desemprego. É nelas que a fumaça chega mais rápido, que o cheiro da água podre é mais forte, que a dignidade é colocada em segundo plano.

Por isso, esse debate é também sobre justiça social. Não se trata de uma escolha técnica, mas de uma decisão política: de que lado queremos estar? Trago à lembrança aqui a comunidade da Cerâmica, que fica nas proximidades do Melchior. Conheci a realidade daquelas pessoas em 2019 e fiquei comovida com a situação das mulheres com queda de cabelo, das crianças com dentes cariados e a pele cheia de erupção.

Defender a primeira infância, como tenho feito todos os dias desde que decidi entrar para a política, é também lutar por um modelo de desenvolvimento que não adoça nossas crianças. O futuro de uma nação não pode ser construído em cima de chaminés soltando fumaça e rios transformados em valas de esgoto. Ele precisa nascer da energia limpa, do ar puro, da água preservada e do compromisso de fazer política olhando para quem mais precisa.

O Brasil não pode repetir os erros do passado. Incentivar termoelétricas é retroceder. O que queremos para nossas crianças é avanço, é inovação, é sustentabilidade. Do Rio Melchior ao restante do país, nossa luta é por dignidade. E dignidade começa com escolhas certas.

O Rio Melchior é apenas uma gota de exemplo no oceano de problemas que pode ser criado com a volta das termoelétricas.